

# SUMÁRIO

## LÍNGUA PORTUGUESA *Paula Barbosa*

<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>MORFOLOGIA: SUBSTANTIVO E SEUS MODIFICADORES .....</b>	<b>39</b>
1. Noções gerais.....	39
2. Grupo nominal .....	40
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>MORFOLOGIA: VERBO E SEUS MODIFICADORES .....</b>	<b>47</b>
1. Noções gerais.....	47
2. Verbo .....	48
3. Advérbio.....	53
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>MORFOLOGIA: PRONOME E COLOCAÇÃO PRONOMINAL .....</b>	<b>56</b>
1. Noções gerais.....	56
2. Pronomes pessoais .....	57
3. Pronomes relativos .....	61
4. Pronomes de tratamento.....	62
<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>MORFOLOGIA: PREPOSIÇÕES E CONJUNÇÕES.....</b>	<b>64</b>
1. Noções gerais.....	64
2. Preposição.....	65
3. Conjunção .....	65
4. Verbos de ligação .....	70
<b>CAPÍTULO V</b>	
<b>SINTAXE: SUJEITO E ORAÇÃO SEM SUJEITO .....</b>	<b>72</b>
1. Noções gerais.....	72
2. Estudo do sujeito.....	72
<b>CAPÍTULO VI</b>	
<b>SINTAXE: VOZES DO VERBO .....</b>	<b>79</b>
1. Noções gerais.....	79
2. Voz ativa .....	79
3. Voz passiva .....	79
4. Voz reflexiva .....	81
5. Transformação de vozes .....	81
<b>CAPÍTULO VII</b>	
<b>SINTAXE: PREDICAÇÃO VERBAL / TRANSITIVIDADE VERBAL .....</b>	<b>84</b>
1. Noções gerais.....	84
2. Transitividade verbal.....	84
3. Predicado.....	87

**CAPÍTULO VIII****SINTAXE: TERMOS LIGADOS AO VERBO: COMPLEMENTOS VERBAIS,**

<b>ADJUNTO ADVERBIAL, AGENTE DA PASSIVA .....</b>	<b>90</b>
1. Noções gerais.....	90
2. Complementos verbais: completam o sentido do verbo.....	90
3. Adjuntos adverbiais (modificam o sentido do verbo) .....	92
4. Agente da passiva .....	93

**CAPÍTULO IX****SINTAXE: TERMOS LIGADOS AO NOME: COMPLEMENTO NOMINAL, ADJUNTO**

<b>ADNOMINAL, APOSTO .....</b>	<b>95</b>
1. Noções gerais.....	95
2. Complementos nominais: completam o sentido do nome .....	95
3. Adjunto adnominal.....	96
4. Aposto.....	98
5. Vocativo.....	99

**CAPÍTULO X****SINTAXE: PERÍODO COMPOSTO POR COORDENAÇÃO .....** 101

1. Noções gerais.....	101
2. Período composto por coordenação .....	102

**CAPÍTULO XI****SINTAXE: PERÍODO COMPOSTO POR SUBORDINAÇÃO.....** 105

1. Noções gerais.....	105
2. Orações subordinadas substantivas .....	106
3. Orações subordinadas adverbiais.....	108
4. Orações subordinadas adjetivas .....	111
5. Orações subordinadas reduzidas.....	113

**CAPÍTULO XII****SINTAXE: CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL.....** 115

1. Noções gerais.....	115
2. Concordância nominal .....	115
3. Concordância verbal .....	117

**CAPÍTULO XIII****SINTAXE: REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL .....** 122

1. Noções gerais.....	122
2. Casos importantes .....	122

**CAPÍTULO XIV****SINAL INDICATIVO DE CRASE .....** 128

1. Noções gerais.....	128
2. Casos de uso obrigatório do sinal de crase .....	129
3. Não se usa crase .....	130

**CAPÍTULO XV****PONTUAÇÃO .....** 133

1. Noções gerais.....	133
2. Não se usa pontuação.....	134

**CAPÍTULO XVI****SEMÂNTICA: SIGNIFICAÇÃO DE PALAVRAS .....** 141

1. Noções gerais.....	141
2. Sinônimos.....	141
3. Antônimos.....	141
4. Homônimos.....	141
5. Parônimos.....	142
6. Hipônimos.....	142
7. Hiperônimos.....	142
8. Linguagem figurada.....	143

## **CAPÍTULO XVII**

<b>PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS .....</b>	<b>145</b>
---	------------

1. Noções gerais.....	145
-----------------------	-----

## **CAPÍTULO XVIII**

<b>ACENTUAÇÃO .....</b>	<b>149</b>
-------------------------	------------

1. Noções gerais.....	149
2. Regra dos monossílabos.....	149
3. Regra das oxítonas.....	149
4. Regra das paroxítonas.....	149
5. Regra das proparoxítonas.....	150
6. Casos especiais.....	150
7. Os acentos e o acordo ortográfico.....	150

## **CAPÍTULO XIX**

<b>GÊNEROS E TIPOLOGIAS TEXTUAIS .....</b>	<b>152</b>
--	------------

1. Noções gerais.....	152
2. O texto descritivo.....	152
3. O texto narrativo.....	152
4. O texto dissertativo argumentativo.....	153
5. O texto dissertativo expositivo.....	153
6. O texto injuntivo/prescritivo.....	153

## **CAPÍTULO XX**

<b>ORTOGRAFIA OFICIAL.....</b>	<b>155</b>
--------------------------------	------------

1. Noções gerais.....	155
2. Emprego do "x".....	155
3. Emprego do "s".....	155
4. Emprego do "z".....	155
5. Emprego do "ss".....	156
6. Emprego do "ç" e "c".....	156
7. Emprego do "j".....	156
8. Uso do porquê.....	157
9. Uso de mal/mau e há/a.....	157
10. Uso de onde/aonde; mas/más/mais; acerca de/ a cerca de.....	157

## **CAPÍTULO XXI**

<b>COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS .....</b>	<b>159</b>
--	------------

1. Noções gerais.....	159
2. As sentenças e o texto.....	159
3. Texto verbal e texto não verbal.....	159

## **CAPÍTULO XXII**

<b>FIGURAS DE LINGUAGEM.....</b>	<b>161</b>
----------------------------------	------------

## **CAPÍTULO XXIII**

<b>CORRESPONDÊNCIAS OFICIAIS .....</b>	<b>164</b>
--	------------

1. Noções gerais.....	164
2. Características de um documento oficial.....	164
3. Fecho das comunicações oficiais.....	165
4. Documentos importantes.....	165
Bibliografia recomendada.....	178

## RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

*Dameres Pavione*

### CAPÍTULO I

<b>RAZÃO E PROPORÇÃO .....</b>	<b>181</b>
1. Razão entre grandezas de mesma espécie.....	181
2. Medidas de tempo.....	182
3. Regra de três simples.....	182
4. Regra de três composta.....	183

### CAPÍTULO II

<b>PORCENTAGEM .....</b>	<b>187</b>
1. Percentual de um conjunto.....	187
2. Acréscimo percentual.....	187
3. Relação percentual.....	188

### CAPÍTULO III

<b>EQUAÇÕES E FUNÇÕES .....</b>	<b>191</b>
1. Equação de 1º grau.....	191
2. Sistemas lineares .....	192
3. Funções de 1º grau .....	193
4. Equação de 2º grau .....	199
5. Funções de 2º grau.....	200
6. Funções exponenciais .....	207
7. Funções logarítmicas .....	214

### CAPÍTULO IV

<b>ÁREAS E VOLUMES .....</b>	<b>216</b>
1. Unidades de comprimento.....	216
2. Unidades de área.....	216
3. Unidades de volume.....	217
4. Áreas das principais figuras planas .....	218
5. Volume das principais figuras espaciais.....	219

### CAPÍTULO V

<b>DESENHOS PLANOS E ESPACIAIS .....</b>	<b>222</b>
1. Escala.....	222
2. Projeção bidimensional .....	223

### CAPÍTULO VI

<b>NOÇÕES DE ESTATÍSTICA.....</b>	<b>231</b>
1. Medidas de posição .....	231
2. Medidas de dispersão .....	232

### CAPÍTULO VII

<b>ANÁLISE COMBINATÓRIA E PROBABILIDADE .....</b>	<b>235</b>
1. Princípio fundamental da contagem.....	235
2. Probabilidade.....	237

**CAPÍTULO VIII****PROGRESSÃO ARITMÉTICA E GEOMÉTRICA..... 239**

1. Progressão aritmética – PA..... 239
2. Progressão geométrica - PG ..... 241

**CAPÍTULO IX****SEQUÊNCIA LÓGICA E COMPRESSÃO DE PROCESSO LÓGICO ..... 245**

- Bibliografia recomendada..... 246

**INFORMÁTICA***Tales Costa***CAPÍTULO I****INFORMÁTICA..... 249**

1. Conceito de internet e intranet ..... 249
2. Conceitos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados a internet/intranet ..... 252
3. Ferramentas e aplicativos comerciais de navegação, de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca, de pesquisa e de redes sociais ..... 254
4. Noções de sistema operacional..... 265
5. Acesso a distância a computadores, transferência de informação e arquivos, aplicativos de áudio, vídeo e multimídia..... 284
6. Redes de computadores..... 286
7. Conceitos de proteção e segurança ..... 294
8. Vírus, worms e pragas virtuais ..... 296
9. Aplicativos para segurança ..... 298
10. Computação na nuvem (cloud computing) ..... 303

**FÍSICA***Diego Guedes***CAPÍTULO I****NOÇÕES DE FÍSICA ..... 311**

1. Cinemática escalar, cinemática vetorial ..... 311
2. Movimento circular uniforme..... 318
3. Leis de newton e suas aplicações..... 320
4. Trabalho ..... 324
5. Potência..... 326
6. Energia cinética, energia potencial e atrito ..... 327
7. Conservação de energia e suas transformações ..... 330
8. Quantidade de movimento e conservação da quantidade de movimento, impulso ..... 332
9. Movimento harmônico simples..... 334
10. Efeito doppler ..... 336

**ÉTICA E CIDADANIA***Bruno Veroneze***CAPÍTULO I****ÉTICA E CIDADANIA ..... 351**

1. Ética e moral..... 351
2. Código de ética profissional do servidor público civil do poder executivo federal ..... 352
3. Das regras deontológicas do código de ética ..... 352

4. Dos principais deveres do servidor público .....	355
5. Das vedações ao servidor público.....	357
6. Da comissão de ética .....	359

## **GEOPOLÍTICA**

### *Rodolfo Gracioli*

<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>GEOPOLÍTICA.....</b>	<b>369</b>
1. O Brasil político: nação e território.....	370
2. Distribuição espacial da população no brasil e os movimentos migratórios internos .....	383
3. Integração entre indústria e estrutura urbana e setor agrícola no Brasil .....	388
4. Geografia e gestão ambiental.....	394
5. A integração do Brasil ao processo de internacionalização da economia.....	404
Sites consultados .....	410

## **LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO**

### *Júlio Ponte*

<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....</b>	<b>413</b>
1. Apresentação .....	413
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO – SNT .....</b>	<b>414</b>
1. Conceito .....	414
2. Objetivos básicos do SNT.....	414
3. Composição.....	414
4. Convênios.....	416
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>NORMAS GERAIS DE CIRCULAÇÃO E CONDUTA E INFRAÇÕES.....</b>	<b>418</b>
1. Obrigações e precauções do condutor .....	418
2. Domínio do veículo pelo condutor.....	418
3. Trânsito de veículos .....	419
4. Condutor do veículo .....	421
5. Circulação de animais.....	425
6. Luzes dos veículos.....	425
7. Buzina.....	427
8. Equipamento de som .....	427
9. Alarme.....	427
10. Condutores de motocicletas, motonetas e ciclomotores .....	427
11. Passageiros de motocicletas, motonetas e ciclomotores .....	428
12. Condução de ciclomotores .....	428
13. Circulação de bicicletas.....	429
14. Vias e velocidades.....	430
15. Transporte de crianças .....	431
16. Cinto de segurança.....	431
<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>CONDUÇÃO DE VEÍCULOS POR MOTORISTAS PROFISSIONAIS .....</b>	<b>433</b>
<b>CAPÍTULO V</b>	
<b>PEDESTRES E CONDUTORES DE VEÍCULOS NÃO MOTORIZADOS .....</b>	<b>435</b>

<b>CAPÍTULO VI</b>	
<b>CIDADÃO .....</b>	<b>437</b>
<b>CAPÍTULO VII</b>	
<b>EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO .....</b>	<b>438</b>
<b>CAPÍTULO VIII</b>	
<b>SINALIZAÇÃO TRÂNSITO .....</b>	<b>439</b>
<b>CAPÍTULO IX</b>	
<b>VEÍCULOS .....</b>	<b>441</b>
1. Classificação .....	441
2. Segurança dos veículos .....	441
3. Identificação de veículos.....	443
<b>CAPÍTULO X</b>	
<b>REGISTRO DE VEÍCULOS.....</b>	<b>445</b>
<b>CAPÍTULO XI</b>	
<b>LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS .....</b>	<b>447</b>
<b>CAPÍTULO XII</b>	
<b>HABILITAÇÃO.....</b>	<b>449</b>
<b>CAPÍTULO XIII</b>	
<b>INFRAÇÕES.....</b>	<b>454</b>
<b>CAPÍTULO XIV</b>	
<b>PENALIDADES .....</b>	<b>465</b>
1. Classificação .....	465
2. Imposição de penalidades.....	465
3. Infrações simultâneas.....	466
4. Suspensão do direito de dirigir .....	466
5. Cassação do documento de habilitação.....	467
6. Advertência por escrito.....	468
7. Curso de reciclagem.....	468
8. Registro nacional positivo de condutores – RNPC .....	469
<b>CAPÍTULO XV</b>	
<b>MEDIDAS ADMINISTRATIVAS .....</b>	<b>471</b>
1. Classificação .....	471
2. Medidas administrativas e penalidades.....	471
3. Recolhimento de documentos em meio digital .....	471
4. Retenção .....	472
5. Remoção.....	472
6. Recolhimento da habilitação.....	473
7. Recolhimento do CRV.....	473
8. Recolhimento do CRLV .....	473
9. Transbordo.....	473
10. Quantidade de álcool para caracterizar infração .....	473
11. Exames para detectar substância proibida.....	474
12. Acesso ao tacógrafo em acidente com vítima.....	474
<b>CAPÍTULO XVI</b>	
<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>475</b>

1. Processo administrativo.....	475
<b>CAPÍTULO XVII</b>	
<b>CRIMES DE TRÂNSITO.....</b>	<b>478</b>
1. Parte geral.....	478
2. Parte especial (crimes em espécie) .....	479
<b>CAPÍTULO XVIII</b>	
<b>CONCEITOS E DEFINIÇÕES .....</b>	<b>486</b>
1. Anexo I do CTB.....	486
<b>CAPÍTULO XIX</b>	
<b>ANEXO II DO CTB.....</b>	<b>490</b>
1. Sinalização.....	490
2. Classificação da sinalização.....	490
3. Sinalização vertical .....	490
4. Sinalização horizontal.....	491
5. Dispositivos auxiliares .....	492
6. Sinalização semafórica .....	492
7. Sinalização de obras.....	492
8. Gestos dos agentes de trânsito e condutores .....	492
9. Sinais sonoros .....	493
<b>CAPÍTULO XX</b>	
<b>RESOLUÇÕES DO CONTRAN .....</b>	<b>494</b>
1. Resolução do Contran nº 4/98 .....	494
2. Resolução do Contran nº 14/98.....	495
3. Resolução do Contran nº 24/98.....	496
4. Resolução do Contran nº 36/98.....	496
5. Resolução do Contran nº 92/99.....	497
6. Resolução do Contran nº 110/00.....	498
7. Resolução do Contran nº 160/04 .....	499
8. Resolução do Contran nº 210/06.....	499
9. Resolução do Contran nº 211/06.....	500
10. Resolução do Contran nº 216/06.....	502
11. Resolução do Contran nº 227/07.....	503
12. Resolução do Contran nº 253/07.....	504
13. Resolução do Contran nº 254/07.....	504
14. Resolução do Contran nº 268/08.....	506
15. Resolução do Contran nº 290/08 .....	507
16. Resolução do Contran nº 349/10.....	508
17. Resolução do Contran nº 360/10.....	511
18. Resolução do Contran nº 432/13.....	512
19. Resolução do Contran nº 441/13.....	513
20. Resolução do Contran nº 471/13.....	515
21. Resolução do Contran nº 508/14.....	515
22. Resolução do Contran nº 520/15.....	516
23. Resolução do Contran nº 525/15.....	519
24. Resolução do Contran nº 552/15.....	521
25. Resolução do Contran nº 561/15.....	525
26. Resolução do Contran nº 667/17.....	531
27. Resolução do Contran nº 735/18.....	531
28. Resolução do Contran nº 740/18 .....	536
29. Resolução do Contran nº 780/19 .....	538
30. Resolução do Contran nº 789/20 .....	542
31. Resolução do Contran nº 798/20.....	544

32. Resolução do Contran nº 803/20 .....	547
33. Resolução do Contran nº 806/20 .....	549
34. Resolução do Contran nº 809/20 .....	552
35. Resolução do Contran nº 810/20 .....	554

## **CAPÍTULO XXI**

<b>LEI Nº 5.970, DE 1973 .....</b>	<b>566</b>
------------------------------------	------------

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

*Lucas dos Santos Pavione e Renata dos Santos Rodrigues*

### **CAPÍTULO I**

<b>ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....</b>	<b>569</b>
--	------------

1. Noções .....	569
2. Estado .....	569
3. Governo.....	570
4. Função administrativa.....	570
5. Administração pública: sentidos.....	570
6. Regime jurídico-administrativo.....	571

### **CAPÍTULO II**

<b>DIREITO ADMINISTRATIVO: CONCEITO, FONTES E PRINCÍPIOS .....</b>	<b>573</b>
--	------------

1. Conceito de direito administrativo.....	573
2. Fontes do direito administrativo.....	573
3. Princípios do direito administrativo.....	574

### **CAPÍTULO III**

<b>PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....</b>	<b>582</b>
---	------------

1. Noções .....	582
2. Características dos poderes administrativos.....	582
3. Classificação dos poderes administrativos .....	582
4. Poder vinculado.....	583
5. Poder discricionário.....	583
6. Poder hierárquico.....	583
7. Poder disciplinar .....	584
8. Poder regulamentar.....	585
9. Poder de polícia .....	585
10. Do abuso de poder.....	587

### **CAPÍTULO IV**

<b>ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....</b>	<b>590</b>
---	------------

1. Noções .....	590
2. Órgãos públicos .....	590
3. Administração pública direta e indireta.....	593
4. Entidades da administração pública indireta .....	594

### **CAPÍTULO V**

<b>ATOS ADMINISTRATIVOS .....</b>	<b>609</b>
-----------------------------------	------------

1. Noções .....	609
2. Atributos dos atos administrativos.....	609
3. Requisitos ou elementos dos atos administrativos .....	610
4. Classificação dos atos administrativos.....	612
5. Espécies de atos administrativos .....	614
6. Extinção dos atos administrativos.....	618
7. Convalidação dos atos administrativos .....	620

**CAPÍTULO VI**

<b>LICITAÇÕES</b> .....	<b>625</b>
1. Noções .....	625
2. Objeto .....	626
3. Contratação direta .....	626
4. Modalidades de licitação .....	628
5. Tipos de licitação .....	631
6. Fases da licitação .....	632
7. Licitação das empresas estatais: Lei 13.303/16 .....	637

**CAPÍTULO VII**

<b>RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO</b> .....	<b>643</b>
1. Noções .....	643
2. Evolução histórica das teorias sobre a responsabilidade do Estado .....	643
3. Sistemas de responsabilidade civil adotados no Brasil .....	643
4. Responsabilidade por atos judiciais e legislativos .....	646
5. Pagamento da indenização .....	646
6. Ação de regresso da administração contra o agente causador do dano .....	646

**CAPÍTULO VIII**

<b>AGENTES PÚBLICOS</b> .....	<b>650</b>
1. Noções .....	650
2. Classificação .....	650
3. Cargos, empregos e funções .....	651
4. Provimento .....	655
5. Investidura, posse e exercício .....	657
6. Estágio probatório, efetividade, estabilidade e disponibilidade .....	658
7. Vacância .....	660
8. Sistema remuneratório .....	660
9. Direitos sociais assegurados aos servidores públicos .....	662
10. Outros direitos assegurados aos servidores públicos pela Lei 8.112/90 .....	664
11. Sistema de responsabilização .....	670
12. Regime de previdência dos agentes públicos .....	675
13. Sistema de responsabilização .....	685

**CAPÍTULO IX**

<b>CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b> .....	<b>700</b>
1. Noções .....	700
2. Controle administrativo .....	701
3. Controle legislativo .....	701
4. Controle judicial .....	702
Bibliografia recomendada .....	704

**DIREITO CONSTITUCIONAL***Júlio Cesar Franceschet***CAPÍTULO I**

<b>NORMAS CONSTITUCIONAIS E ALTERAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO</b> .....	<b>707</b>
1. Noções .....	707
2. Classificação das normas constitucionais .....	708
3. Modificação da Constituição .....	708
4. Súmulas vinculantes .....	709
5. Emendas à Constituição .....	710

**CAPÍTULO II**

<b>DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS .....</b>	<b>713</b>
1. Noções .....	713
2. Direitos e garantias fundamentais individuais e sociais .....	714
3. Remédios constitucionais .....	722

**CAPÍTULO III**

<b>NACIONALIDADE .....</b>	<b>726</b>
1. Noções .....	726
2. Brasileiros natos e naturalizados: diferenciações importantes .....	726
3. Perda da nacionalidade e outras questões relevantes .....	728

**CAPÍTULO IV**

<b>DIREITOS POLÍTICOS .....</b>	<b>731</b>
1. Noções .....	731
2. Inelegibilidade .....	732
3. Perda e suspensão dos direitos políticos .....	733
4. Partidos políticos .....	733

**CAPÍTULO V**

<b>ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA: UNIÃO .....</b>	<b>736</b>
1. Noções .....	736
2. União: definição, características e competências .....	737

**CAPÍTULO VI**

<b>PODER EXECUTIVO .....</b>	<b>739</b>
1. Noções .....	739
2. Poder Executivo .....	739

**CAPÍTULO VII**

<b>DEFESA DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS .....</b>	<b>744</b>
1. Noções .....	744
2. Intervenção federal .....	744
3. Estado de defesa .....	746
4. Estado de sítio .....	747
5. Forças armadas .....	748
6. Segurança pública .....	749

**CAPÍTULO VIII**

<b>ORDEM SOCIAL .....</b>	<b>751</b>
1. Ordem social .....	751
Bibliografia recomendada .....	758

**DIREITO PENAL**  
*Rogério Sanches Cunha*

**CAPÍTULO I**

<b>PRINCÍPIOS BÁSICOS .....</b>	<b>761</b>
---------------------------------	------------

**CAPÍTULO II**

<b>APLICAÇÃO DA LEI PENAL .....</b>	<b>768</b>
1. Características, classificação e fontes da Lei penal .....	768
2. Interpretação da Lei penal .....	770
3. Conflito aparente de normas .....	771

4. Pena cumprida no estrangeiro .....	773
5. Eficácia da sentença estrangeira.....	773
6. Contagem de prazo.....	773
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>A LEI PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO .....</b>	<b>777</b>
1. Introdução e critérios gerais de aplicação da Lei no tempo.....	777
2. Tempo do crime.....	780
3. Lugar do crime .....	781
4. Territorialidade e extraterritorialidade da Lei penal .....	781
<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>O FATO TÍPICO E SEUS ELEMENTOS .....</b>	<b>786</b>
<b>CAPÍTULO V</b>	
<b>CONSUMAÇÃO E TENTATIVA .....</b>	<b>798</b>
<b>CAPÍTULO VI</b>	
<b>ILICITUDE.....</b>	<b>804</b>
<b>CAPÍTULO VII</b>	
<b>CULPABILIDADE.....</b>	<b>811</b>
<b>CAPÍTULO VIII</b>	
<b>CONCURSO DE PESSOAS .....</b>	<b>817</b>
<b>CAPÍTULO IX</b>	
<b>CONCURSO DE CRIMES .....</b>	<b>823</b>
<b>CAPÍTULO X</b>	
<b>PUNIBILIDADE E SUAS CAUSAS DE EXTINÇÃO.....</b>	<b>827</b>
<b>CAPÍTULO XI</b>	
<b>CRIMES CONTRA A PESSOA .....</b>	<b>833</b>
1. Homicídio .....	833
2. Lesão corporal.....	837
3. Omissão de socorro.....	840
4. Calúnia.....	841
5. Difamação .....	843
6. Injúria .....	843
7. Ação penal nos crimes contra a honra .....	845
8. Tráfico de pessoas.....	845
<b>CAPÍTULO XII</b>	
<b>CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO .....</b>	<b>856</b>
1. Furto .....	856
2. Roubo.....	859
3. Extorsão .....	863
4. Extorsão mediante sequestro .....	865
5. Receptação .....	867
<b>CAPÍTULO XIII</b>	
<b>CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL.....</b>	<b>875</b>
1. Estupro .....	875
2. Importunação sexual.....	876

3. Assédio sexual .....	877
4. Estupro de vulnerável.....	878
5. Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável .....	880

#### **CAPÍTULO XIV**

<b>CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA.....</b>	<b>885</b>
1. Incêndio .....	885
2. Explosão.....	887
3. Infração de medida sanitária preventiva .....	889
4. Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais .....	891

#### **CAPÍTULO XV**

<b>CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA .....</b>	<b>894</b>
1. Moeda falsa.....	894
2. Crimes assimilados ao de moeda falsa .....	896
3. Petrechos para falsificação de moeda .....	897
4. Falsificação de documento público .....	898
5. Falsificação de documento particular .....	900
6. Falsidade ideológica.....	901
7. Uso de documento falso .....	903

#### **CAPÍTULO XVI**

<b>CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....</b>	<b>910</b>
1. Peculato.....	910
2. Concussão .....	912
3. Corrupção passiva.....	914
4. Facilitação de contrabando ou descaminho .....	916
5. Prevaricação .....	916
6. Resistência.....	917
7. Desobediência .....	919
8. Desacato .....	920
9. Corrupção ativa.....	921
10. Descaminho.....	922
11. Contrabando .....	925
Referências bibliográficas .....	936

### **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

*Marília de Moraes Cavalcanti*

#### **CAPÍTULO I**

<b>APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO, NO ESPAÇO E EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS .....</b>	<b>941</b>
1. Aplicação da Lei processual penal .....	941
2. Contagem dos prazos.....	941

#### **CAPÍTULO II**

<b>INQUÉRITO POLICIAL.....</b>	<b>943</b>
1. Conceito e características .....	943
2. Início do inquérito policial.....	944
3. Procedimento .....	945

#### **CAPÍTULO III**

<b>AÇÃO PENAL .....</b>	<b>950</b>
1. Conceito e classificações .....	950

2. Denúncia e queixa no processo penal.....	952
<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA .....</b>	<b>957</b>
1. Termo circunstanciado de ocorrência (tco).....	957
2. Atos processuais: forma, lugar e tempo.....	957
<b>CAPÍTULO V</b>	
<b>PROVA .....</b>	<b>959</b>
1. Noções.....	959
2. Sistemas de apreciação da prova .....	959
3. Requisitos e ônus da prova .....	959
4. Inadmissibilidade de provas obtidas por meios ilícitos.....	960
5. Espécies de prova.....	961
6. Principais provas em espécie.....	962
<b>CAPÍTULO VI</b>	
<b>PRISÃO .....</b>	<b>970</b>
1. Noções introdutórias .....	970
2. Prisão.....	970
<b>CAPÍTULO VII</b>	
<b>IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL .....</b>	<b>977</b>
1. Noções gerais.....	977
2. Identificação genética.....	978
<b>CAPÍTULO VIII</b>	
<b>DILIGÊNCIAS INVESTIGATÓRIAS.....</b>	<b>979</b>

## LEGISLAÇÃO ESPECIAL

*Ricardo Ferracini*

<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>LEI 10.826/2003 (ESTATUTO DO DESARMAMENTO) .....</b>	<b>985</b>
1. Crimes formais do estatuto do desarmamento .....	985
2. Crime de posse irregular de arma de fogo de uso permitido (art. 12 da Lei 10.826/03).....	985
3. Competência de jurisdição para julgamento dos crimes do estatuto do desarmamento.....	987
4. Liberdade provisória para os crimes dos arts. 14 e 15 da Lei 10.826/03 .....	987
5. Conflito aparente de normas art. 242 Estatuto da criança e do adolescente x art. 16, parágrafo único da Lei 10.826/03 .....	987
6. Questões práticas.....	987
7. Crime de omissão de cautela de arma de fogo (art. 13 da Lei 10.826/03).....	988
8. Crime de porte de arma de fogo (art. 14 da Lei 10.826/03) .....	989
9. Crime de disparo de arma de fogo (art. 15 da Lei 10.826/03).....	989
10. Posse ou porte de arma de fogo de uso restrito (art. 16, “caput” da Lei 10.826/03, com a redação da Lei 13.964/2019).....	990
11. Casuística.....	993
12. Comércio ilegal de arma de fogo (art. 17 da Lei 10.826/03).....	994
13. Tráfico internacional de arma de fogo (art. 18 da Lei 10.826/03).....	994
14. Causas de aumento de pena específica para os crimes dos arts. 17 e 18 da Lei 10.826/03 .....	995
15. Causas de aumento de pena dos arts. 14, 15, 16, 17 e 18 .....	995
16. Liberdade provisória e fiança.....	996
17. Teses do superior tribunal de justiça – STJ.....	996

**CAPÍTULO II**

<b>LEI 5.553/1968 (APRESENTAÇÃO E USO DE DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO PESSOAL) .....</b>	<b>999</b>
1. Vedação de retenção de documento.....	999
2. Prazo que poderá ser retido o documento quando necessário para atos.....	999
3. Contravenção penal de retenção indevida de documento de identificação .....	1000

**CAPÍTULO III**

<b>LEI 13.869/2019 (ABUSO DE AUTORIDADE).....</b>	<b>1001</b>
1. Revogação.....	1001
2. Sujeitos ativos.....	1001
3. Definição de agente público para a Lei .....	1001
4. Ação penal .....	1001
5. Efeitos da condenação em crimes de abuso de autoridade.....	1002
6. Penas restritivas de direito .....	1003
7. Independência das instâncias.....	1003
8. Efeitos da coisa julgada do juízo criminal nos juízos cível e administrativo .....	1003
9. Crime de decretação de medida privativa de liberdade em desconformidade com as hipóteses legais.....	1003
10. Crime de condução coercitiva descabida.....	1004
11. Ausência regular de comunicação de flagrante .....	1005
12. Forma de comunicação regular do flagrante .....	1005
13. Constrangimento de preso ou detento mediante violência ou grave ameaça .....	1006
14. Constrangimento ilegal para quebra de segredo.....	1006
15. Deixar de identificar-se ao preso quando de sua captura (art. 16) .....	1006
16. Submissão a interrogatório em período noturno .....	1006
17. Impedir pedido de liberdade .....	1006
18. Impedir entrevista pessoal do preso com advogado (art. 20) .....	1007
19. Crime equiparado ao art. 20 da Lei 13.869/19.....	1007
20. Prisão de pessoas de sexos diversos em mesma cela de confinamento (art. 21 da Lei 13869/2019).....	1007
21. Manutenção em mesma cela de criança ou adolescente e adultos ou ambiente inadequado.....	1008
22. Violação de domicílio com abuso de autoridade (art. 22).....	1009
23. Crimes equiparados aos de violação de domicílio (art. 22, § 1º, I e III).....	1009
24. Causas excludentes de antijuridicidade previstas legalmente para o crime de violação de domicílio em abuso de autoridade .....	1010
25. Fraude processual em abuso de autoridade (art. 23) .....	1010
26. Diferenças entre o crime de fraude processual em abuso de autoridade e a fraude processual do art. 347 do código penal.....	1011
27. Fraude com omissão ou divulgação incompleta de dados (art. 23, II) .....	1011
28. Fraude em apuração em entidade hospitalar (art. 24).....	1011
29. Produção de prova ilícita em procedimento investigativo ou de fiscalização (art. 25).....	1012
30. Uso de prova ilícita (art. 25, parágrafo único).....	1012
31. Requisição de instauração de procedimento investigatório sem indícios (art. 27).....	1012
32. Sindicância ou investigação preliminar sumária .....	1012
33. Divulgação de trechos de gravação não aproveitado na investigação (art. 28).....	1012
34. Prestação de informações falsas (art. 29).....	1013
35. Dar início a persecução sem justa causa (art. 30) .....	1013
36. Instauração de inquérito policial para pessoas com prerrogativa de função .....	1013
37. Notícia anônima em casos de investigação policial ou por parte do Ministério Público .....	1013
38. Notícia anônima em casos de inquérito civil .....	1013
39. Procrastinação de investigação (art. 31).....	1014
40. Falta de motivação para extensão de procedimento (art. 31, parágrafo único).....	1014
41. Negativa de acesso a investigação preliminar .....	1014
42. Acesso ao advogado de procedimento investigatório não é ilimitado .....	1015
43. Exigência de informação ou cumprimento de obrigação indevida (art. 33).....	1015

44. Utilização indevida de cargo ou função pública (art. 33, parágrafo único).....	1015
45. Indisponibilidade de ativos financeiros em excesso (art. 36).....	1015
46. Procrastinação de análise processual em órgão colegiado (art. 37).....	1016
47. Atribuição de culpa antecipada por meio de comunicação (art. 38).....	1016
48. Enunciados do conselho nacional de Procuradores gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPGE) e do grupo nacional de coordenadores de centro de apoio criminal (GNCCRIM).....	1016

## CAPÍTULO IV

### LEI 9.455/97 (CRIMES DE TORTURA) ..... 1020

1. Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes da assembleia geral da ONU.....	1020
2. Determinação da convenção sobre providências legislativas.....	1020
3. Tipificações da Lei nacional.....	1020
4. Tipos de tortura.....	1020
5. Efeitos da condenação. Perda de cargo. Automaticidade.....	1021
6. Sujeito ativo.....	1021
7. Crime equiparado a hediondo.....	1022
8. Fiança, graça e anistia.....	1022
9. Indulto.....	1022
10. Regime de cumprimento de pena.....	1022
11. Competência para apuração de tortura praticada por policiais civis ou militares estaduais.....	1022
12. Extraterritorialidade.....	1022

## CAPÍTULO V

### LEI 8.069/90 (CRIMES DO ECA) ..... 1023

1. Lei de abuso de autoridade e alteração dos efeitos da condenação pela prática de crimes do ECA.....	1023
2. Quantidade da pena para a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo do autor de um crime previsto no ECA.....	1023
3. Vara competente para o processamento.....	1024
4. Crimes próprios que atingem autoridades previstos no ECA.....	1024
5. Desnecessidade do consentimento para configuração do crime do art. 240 do ECA.....	1024
6. O art. 240 do ECA trata-se de crime formal.....	1024
7. Crimes do art. 240 e 241-B do ECA quando a vítima está vestida.....	1025
8. Crimes com cenas de sexo explícito ou pornografia envolvendo criança ou adolescente... ..	1025
9. Crimes de aliciamento (atenção dolo específico).....	1026
10. Repasse de arma, munição ou explosivo.....	1027
11. Fornecimento de bebida alcoólica ou produto que cause dependência.....	1027
12. Fogos de artifício.....	1027
13. Corrupção de menores (art. 244-B).....	1027
14. Maus antecedentes e atos infracionais.....	1028
15. Prisão cautelar fundamentada em atos infracionais anteriores praticados pelo réu. Possibilidade.....	1028
16. Competência. Crime consistente em disponibilizar ou adquirir material pornográfico envolvendo criança ou adolescente pela internet.....	1029
17. Estatuto da primeira infância e substituição da prisão preventiva.....	1029
18. Habeas corpus coletivo 143.641/SP.....	1029
19. Lei 13769/18.....	1029
20. Escuta especializada prevista na Lei 13.431/2017.....	1030
21. Depoimento especial.....	1030
22. O que se considera violência com a criança ou adolescente para a Lei 13.431/2017.....	1030
23. Habeas corpus coletivo 165.704/SP.....	1031
24. Depoimento distante do autor da violência.....	1031
25. Local de feitura da escuta e depoimento especializado.....	1031
26. Características do depoimento especial.....	1032

27. Situação de rito cautelar para o depoimento especial.....	1032
28. Situações em que admitem exceções à repetição do depoimento da criança e do adolescente (art. 11, § 2º da Lei 13.431/17).....	1032
29. Condições cumulativas.....	1032
30. Procedimento traçado para o depoimento especial.....	1032
31. Crime de violação de segredo de justiça (art. 24 da Lei 13.431/17).....	1033

## CAPÍTULO VI

<b>LEI 13.343/06 (SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS) .....</b>	<b>1034</b>
1. Penas previstas para o art. 28 (Porte droga).....	1034
2. Semear, cultivar e colher plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica.....	1034
3. Pena máxima para os crimes do art. 28 e parágrafos.....	1034
4. Tratamento do usuário.....	1035
5. Etapas necessárias para o tratamento em internação.....	1035
6. Locais de internação para o tratamento de dependentes de droga.....	1035
7. Tipos de internação para dependentes de drogas.....	1036
8. Plano individual de atendimento.....	1036
9. Acolhimento em comunidade terapêutica acolhedora.....	1037
10. Princípio da insignificância.....	1037
11. Princípio do “non olet”.....	1037
12. Matéria prima, insumo ou produto químico para preparação da droga.....	1037
13. Semear, cultivar ou colher plantas que são matérias primas para a transformação em droga.....	1038
14. Prescrição.....	1038
15. Ação penal.....	1038
16. Procedimento próprio.....	1038
17. Transação penal.....	1038
18. Tratamento especializado.....	1038
19. Tratamento disponibilizado pelo poder público.....	1038
20. Tratamento facultado ao infrator.....	1038
21. Porte de droga e descriminalização.....	1039
22. Condenação anterior por porte de entorpecentes e reincidência.....	1039
23. Finalidade das plantações.....	1039
24. Fornecimento para consumo conjunto de droga com conhecido.....	1039
25. Tráfico de drogas. Crime de ação múltipla.....	1039
26. Fatores probatórios para concluir pela tipificação do tráfico de drogas.....	1040
27. Norma penal em branco.....	1040
28. Crimes instantâneos e permanentes.....	1040
29. Crimes equiparados ao tráfico de drogas pelo art. 33, § 1º da Lei 11.343/06.....	1040
30. Transporte de folha de coca caracteriza o crime do art. 33, § 1º da Lei 11.343/06.....	1041
31. Flagrante preparado e crime do art. 33, § 1º, vi da Lei 11.343/06.....	1041
32. Condições para o tráfico privilegiado (art. 33, § 4º).....	1041
33. Fixação da pena e tráfico de drogas.....	1041
34. Critério para a aplicação do art. 33, § 4º da Lei 11.343/06 para o STJ.....	1042
35. Ações em curso, inquéritos policiais e atos infracionais para o afastamento da aplicação do art. 33, § 4º da Lei 11.343/06.....	1042
36. Prova de dedicação às atividades ilícitas e ônus da prova.....	1042
37. Quantidade de droga e afastamento da causa de diminuição de pena do art. 33, § 4º da Lei 11.343/06.....	1042
38. Causa de diminuição de pena do art. 33, § 4º e “mulas”.....	1045
39. Retroatividade da Lei 11.343/06. Súmula 501 STJ.....	1045
40. Fixação de regime inicial de cumprimento de pena e tráfico privilegiado.....	1045
41. Atenuante de confissão e tráfico de drogas. Súmula 630 STJ.....	1046
42. Crime do art. 34.....	1046
43. Crime de associação para o tráfico.....	1046

44. Tráfico de drogas cometido nas proximidades de igreja e causa de aumento de pena do art. 40, III da Lei 11.343/06.....	1046
45. Súmula 587 STJ.....	1046
46. Tráfico praticado com escola fechada e inexistência de pessoas em seu interior.....	1047
47. Crime de tráfico de drogas e corrupção de menores (art. 244-B da Lei 8.069/90).....	1047
48. Laudo pericial para condenação.....	1047
49. Tráfico internacional. Competência de julgamento. Súmula 528 STJ .....	1048
50. Princípio da insignificância. Importação de sementes.....	1048
51. Súmula 607 STJ.....	1048
52. Quantidade de droga e fundamentação para prisão cautelar .....	1048
53. Destruição da droga apreendida .....	1048
54. Prazo para a destruição das drogas apreendidas .....	1049
55. Prazo para a conclusão do inquérito policial no caso de apreensão de drogas .....	1049
56. Expedientes que poderão ser utilizados na persecução investigatória do tráfico de drogas .....	1049
57. Apreensão de bens durante as investigações de tráfico de droga.....	1049
58. Alienação dos bens apreendidos.....	1049
59. Valores da alienação.....	1049
60. Utilização de bens apreendidos.....	1050
61. Confisco de bem que não é utilizado reiteradamente para o tráfico de drogas .....	1050
62. Reincidência. Porte droga com extinção da punibilidade após desclassificação .....	1050
63. Possibilidade de fixação de regime diverso do fechado para condenações por tráfico de drogas.....	1050
64. Cooperação internacional.....	1050
65. Interrogatório na Lei de tóxicos .....	1051
66. Jurisprudência em tese do STJ I .....	1051
67. Jurisprudência em tese do STJ II.....	1052
68. Jurisprudência em tese do STJ III.....	1054
69. Jurisprudência em tese do STJ IV.....	1055

## CAPÍTULO VII

<b>LEI 9.605/98 (LEI DOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE).....</b>	<b>1057</b>
1. Responsabilidade da pessoa jurídica em relação à pessoa física .....	1057
2. Teoria da dupla imputação. Posição do STJ quanto à possibilidade de responsabilização da pessoa jurídica em crimes ambientais. Alteração da posição anterior pelo STJ .....	1057
3. Posição do STF quanto a possibilidade de responsabilização da pessoa jurídica em crimes ambientais .....	1057
4. Posição do STF quanto a possibilidade de corresponsabilidade das pessoas físicas e jurídicas em crimes ambientais culposos.....	1057
5. Tipos de penas previstas para as pessoas jurídicas que cometem crimes ambientais.....	1058
6. Suspensão condicional da pena (“sursis”) .....	1060
7. Suspensão condicional do processo em crimes ambientais. Erro na redação do art. 28, “caput” da Lei 9.605/98 .....	1060
8. Circunstâncias judiciais da Lei 9.605/98 especiais para os crimes ambientais .....	1061
9. Destino dado aos animais apreendidos na prática de delitos ou infrações administrativas .....	1061
10. Responsabilidade do órgão atuante para com os animais apreendidos.....	1062
11. Circunstâncias agravantes genéricas dos crimes ambientais.....	1062
12. Circunstâncias atenuantes genéricas dos crimes ambientais .....	1062
13. Causa de exclusão de ilicitude relativa ao crime de pichação ou conspurcação de edificação ou monumento urbano (art. 65 da Lei 9.605/98) .....	1062
14. Competência. Poluição em rio interestadual.....	1063
15. São modalidades equiparadas em crimes contra a fauna (apenados da mesma forma) (art. 29, “caput” I a III da Lei 9.605/98).....	1063
16. Caça profissional.....	1063
17. Tipos de caça .....	1063
18. Perdão judicial .....	1063
19. Definição de espécime da fauna silvestre:.....	1063

20. Órgão competente para listar os espécimes da fauna silvestre ou demais classificações destes espécimes .....	1063
21. Causas de aumento de pena .....	1064
22. Competência para julgamento de crimes contra a fauna .....	1064
23. Princípio da insignificância.....	1064
24. Causas de exclusão da ilicitude dos crimes ambientais contra fauna .....	1065
25. Crimes de maus-tratos a animais (art. 32 da Lei 9.605/98) .....	1065
26. Animais que podem ser atingidos pelos maus-tratos.....	1065
27. Modalidades equiparadas em crimes contra a fauna relativos à pesca (art. 34, parágrafo único da Lei 9.605/98).....	1066
28. Classificação do crime de pesca.....	1066
29. Exemplos de aparelhos, petrechos, técnicas e métodos não permitidos para pesca.....	1066
30. Maneiras criminosas de pesca (art. 35 da Lei 9.605/98).....	1066
31. Pesca e princípio da insignificância .....	1066
32. Destruição ou dano em floresta. Art. 38 da Lei 9.605/98.....	1066
33. Área de preservação permanente.....	1067
34. São áreas de preservação permanente (art. 4º da Lei 12.651/12).....	1067
35. Termo de ajustamento de conduta e ação penal pública .....	1067
36. Crime de poluição. Crime do art. 54 da Lei 9.605/98.....	1068
37. Forma de cometimento por omissão do crime de poluição .....	1068
38. Competência. Poluição em rio interestadual .....	1069
39. Crime do art. 56 da Lei 9.605/03 .....	1069
40. Art. 56 da Lei 9.605/03. Crime formal para o STJ .....	1069
41. Art. 60 da Lei 9.605/03.....	1069

## CAPÍTULO VIII

<b>LEI 8.072/90 (CRIMES HEDIONDOS) .....</b>	<b>1070</b>
1. Homicídio como crime hediondo .....	1070
2. Lesões corporais como crime hediondo .....	1070
3. Roubo.....	1070
4. Extorsão qualificada .....	1070
5. Extorsão mediante sequestro .....	1071
6. Estupro e estupro de vulnerável .....	1071
7. Genocídio .....	1071
8. Crime de posse de arma de uso proibido como crime hediondo e dúvidas derivadas ao tema .....	1071
9. Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (art. 273, “caput”, § 1º, § 1º-A e § 1º-B) – art. 1º, VII-B .....	1072
10. Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável .....	1072
11. Furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum (art. 155, § 4º-A) .....	1072
12. Inserção de crimes considerados hediondos pelo pacote anticrime (Lei 13.964/2019) no parágrafo único do art. 1º da Lei 8.072/90, aumentando o rol anterior que era formado pelo genocídio e pelo crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido....	1072
13. Anistia, graça e fiança .....	1073
14. Indulto para crime hediondo .....	1073
15. Regime de cumprimento de pena .....	1073
16. Substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito .....	1073
17. Progressão de regime de cumprimento pena para autor de crime hediondo.....	1074
18. Requisitos para a progressão da pena para autor (a) de crime hediondo que seja gestante, mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência .....	1074
19. Revogação do benefício em caso de falta grave .....	1074
20. Recurso em liberdade .....	1074
21. Prisão temporária .....	1074
22. Saída temporária .....	1075
23. Livramento condicional e crimes hediondos .....	1075

**CAPÍTULO IX**

<b>LEI 9.099/95 (JUIZADO ESPECIAIS CRIMINAIS).....</b>	<b>1076</b>
1. Competência legislativa .....	1076
2. Criação .....	1076
3. Justiça federal .....	1076
4. Legislação estadual e legislação federal .....	1076
5. Juizado especial criminal é órgão da justiça ordinária .....	1076
6. Alteração do art. 61 da Lei 9.099/95 e o reflexo sobre a vedação de aplicação nas justiças especiais .....	1077
7. Justiça militar .....	1077
8. Crime eleitoral .....	1078
9. Infrações de menor potencial ofensivo .....	1078
10. Princípios que norteiam o juizado especial criminal (art. 62 da Lei 9.099/95) .....	1078
11. Composição do juizado especial criminal .....	1078
12. Competência do juizado especial criminal .....	1079
13. Competência absoluta .....	1079
14. Regras de conexão e continência .....	1081
15. Infração penal de menor potencial ofensivo .....	1082
16. Competência para a execução de pena pelo juizado especial criminal .....	1085
17. Objetivos principais do juizado especial criminal (sempre que possível) .....	1085
18. Competência territorial (art. 63 da Lei 9.099/95) .....	1085
19. Inovação em relação ao código de processo penal .....	1085
20. Teorias para a fixação de competência .....	1086
21. Publicidade .....	1086
22. Fundamentos constitucionais .....	1086
23. Nulidades no juizado especial criminal .....	1086
24. Princípios que embasam o art. 65 da Lei 9.099/95 .....	1087
25. Adoção de rito diverso do previsto na Lei 9.099/95. Nulidade relativa. Necessidade de comprovação de prejuízo .....	1087
26. Prática de atos processuais em comarcas diversas .....	1088
27. Atos necessariamente escritos .....	1088
28. Gravação em fita magnética .....	1088
29. Citação (art. 66 da Lei 9.099/95) .....	1088
30. Intimação (art. 67 da Lei 9.099/95) .....	1089

**Da fase preliminar**

1. Lavratura do termo circunstanciado .....	1091
2. A expressão autoridade policial .....	1091
3. Definição de termo circunstanciado .....	1092
4. Procedimento após a lavratura do termo circunstanciado .....	1092
5. Inquérito policial e infração de menor potencial ofensivo .....	1092
6. Possibilidade de pedidos de diligência do Ministério Público em termo circunstanciado....	1093
7. Indiciamento .....	1093
8. Desnecessidade de prisão em flagrante e fiança .....	1094
9. Impossibilidade de realização de audiência quando do encaminhamento ao juizado especial criminal .....	1094
10. Caso de não comparecimento de um dos envolvidos após encaminhamento pela autoridade policial .....	1094
11. Pessoas que deverão estar presentes em uma audiência preliminar (art. 72 da Lei 9.099/95).....	1094
12. Explanação inicial em audiência preliminar .....	1094
13. Fase pré-processual .....	1094
14. Presença não obrigatória .....	1094
15. Ausência do autor dos fatos .....	1094
16. Ausência da vítima .....	1095

17. Audiência de conciliação (art. 73 da Lei 9.099/95) .....	1095
18. Conciliadores (art. 73, parágrafo único da Lei 9.099/95) .....	1095
19. Formas de conciliação .....	1095
20. Regulamentação da audiência de conciliação .....	1095
21. Requisitos e características da composição civil (art. 74 da Lei 9.099/95).....	1095
22. Efeito da composição cível para os crimes de ação penal privada ou de ação penal pública condicionada à representação (art. 74, parágrafo único da Lei 9.099/95) .....	1096
23. Efeito na ação penal pública incondicionada .....	1096
24. Caso de inexistência de composição civil (art. 75 da Lei 9.099/95) .....	1096
25. Momento da representação .....	1096
26. Casos de ação penal privada .....	1096
27. Transação penal (art. 76 da Lei 9.099/95) .....	1097
28. Pressupostos dentro do termo circunstanciado para a oferta da transação penal pelo Ministério Público.....	1097
29. Transação nos casos de ações penais privadas .....	1097
30. Momento da oferta da transação penal nos casos de queixa crime .....	1098
31. Silêncio do querelante em relação a proposta de transação penal .....	1098
32. Transação penal nos casos de crimes contra a honra de funcionário público. Legitimidade de proposição .....	1098
33. Transação penal e atuação do Ministério Público. Poder ou dever? .....	1099
34. O ofendido pode discutir a transação penal com o Ministério Público .....	1100
35. Tipos de penas previstas.....	1100
36. Outras penalidades previstas em legislação especial .....	1100
37. Possibilidade do juiz reduzir a multa .....	1100
38. Requisitos para se fazer jus a transação penal.....	1100
39. Impossibilidade de oferta da transação penal com a presença de uma das causas .....	1101
40. Apreciação da proposta de transação pelo juiz (art. 76, § 3º da Lei 9.099/95) .....	1101
41. Homologação judicial da transação penal (art. 76, § 4º da Lei 9.099/95) .....	1101
42. Inexistência de efeito de reincidência .....	1101
43. Apelação da decisão que fixa a pena em transação penal (art. 76, § 5º da Lei 9.099/95) .....	1102
44. Situação em que o juiz recusa-se a homologar o acordo .....	1102
45. Efeitos da sanção derivada da transação penal (art. 76, § 6º da Lei 9.099/95).....	1102
46. Descumprimento da sentença de homologação da transação penal por parte do autor dos fatos .....	1102
47. Descumprimento de transação penal e crime de desobediência .....	1103

### **Procedimento sumaríssimo**

1. Procedimento sumaríssimo.....	1104
2. Denúncia oral .....	1104
3. Pedido de diligência .....	1104
4. Discordância do magistrado no caso de pedido de diligências .....	1104
5. Requisitos da denúncia .....	1105
6. Base para o oferecimento da denúncia .....	1105
7. Inquérito policial .....	1105
8. Caso de impossibilidade de detecção da classificação do crime na ausência do exame de corpo de delito .....	1105
9. Situação de complexidade. Encaminhamento ao juízo comum (art. 77, § 2º da Lei 9.099/95) .....	1105
10. Discordância do juízo na requisição por parte do Ministério Público na remessa dos autos ao juízo comum .....	1106
11. Adoção do procedimento sumário no juízo comum após a remessa do processo pelo juizado especial criminal .....	1106
12. Queixa crime oral .....	1106
13. Sequência imediata de procedimento após oferecimento da denúncia ou queixa (art. 78 da Lei 9.099/95) .....	1106

14. Acusado ausente na audiência .....	1106
15. Forma de arrolar as testemunhas pelo autor dos fatos.....	1106
16. Ausência do ofendido ou responsável civil em audiência preliminar que gerou denúncia..	1106
17. Testemunhas arroladas e intimação .....	1107
18. Número de testemunhas a serem arrolados no procedimento sumaríssimo .....	1107
19. Nova tentativa de conciliação na data da audiência de instrução (art. 79 da Lei 9.099/95) .	1107
20. Preclusão da discussão sobre cabimento da transação penal .....	1107
21. Adiamento de ato processual e não comparecimento .....	1107
22. Produção de prova por precatória .....	1107
23. Sequência de atos processuais em audiência (art. 81 da Lei 9.099/95) .....	1108
24. Momento de produção das provas.....	1108
25. Possibilidade de indeferimento de provas .....	1108
26. Atos reduzidos a termo .....	1109
27. Conteúdo sentença .....	1109
28. Recurso cabível da rejeição de denúncia ou queixa crime .....	1109
29. Conflito de competência entre turma recursal do juizado e tribunal de justiça .....	1111

### Execução

1. Execução da pena de multa .....	1111
2. Multa relativa a sentença condenatória .....	1111
3. Efeito do pagamento da pena de multa oriunda da sentença condenatória .....	1111
4. Condenação por pena de multa exclusivamente não gera reincidência .....	1112
5. Conversão da pena de multa em caso de descumprimento .....	1112
6. Pena pecuniária derivada de substituição .....	1112
7. Execução da pena privativa de liberdade, restritiva de direito e multa cumulativa.....	1113

### Disposições finais

1. Condição de procedibilidade para as lesões corporais leves e culposas (art. 88 da Lei 9.099/95) .....	1113
2. Suspensão condicional do processo .....	1113

### CAPÍTULO X

<b>LEI 12.850/2013 (ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA) .....</b>	<b>1127</b>
1. Requisitos para a configuração de organização criminosa.....	1127
2. Diferença entre crime de organização criminosa e de associação criminosa (art. 288 CP).....	1127
3. Delito autônomo .....	1127
4. Resultado do crime praticado pela organização ocorrido no exterior .....	1127
5. Terrorismo .....	1128
6. Tipo penal .....	1128
7. Crime formal e autônomo .....	1128
8. Tentativa .....	1128
9. Obstrução de investigação sobre organização criminosa .....	1128
10. Causa de aumento de pena específica de 1/2 .....	1128
11. Agravante específica .....	1128
12. Causas de aumento de pena para o crime de organização criminosa .....	1129
13. Causa de aumento de pena da transnacionalidade.....	1129
14. Lideranças das organizações criminosas e início de cumprimento de pena .....	1129
15. Estabelecimentos de segurança máxima e regulamentação .....	1129
16. Progressão regimental de membro de organização criminosa .....	1130
17. Funcionário público .....	1130
18. Efeitos da condenação para o funcionário público que participe .....	1130
19. Meios de obtenção de prova admitidos em qualquer fase da investigação .....	1130

**CAPÍTULO XI**

<b>LEI 12.037/2009 (IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL) .....</b>	<b>1137</b>
1. Disposição constitucional (art. 5º, LVII CF/88) .....	1137
2. Hipóteses de identificação criminal ainda que exista a apresentação do documento civil .	1137
3. Em que consiste a identificação criminal .....	1137
4. Atestado de antecedentes criminais .....	1137
5. Identificação fotográfica e arquivamento ou rejeição da denúncia ou absolvição .....	1137
6. Banco de dados com perfis genéticos .....	1138
7. Banco nacional multibiométrico e de impressões digitais .....	1138
8. Registros biométricos e presos provisórios .....	1138
9. Interação entre o banco nacional multibiométrico e de impressões digitais e bancos de dados de identificação de natureza civil, administrativa ou eleitoral .....	1138
10. Caráter sigiloso .....	1138
11. Repasse de informações coincidentes .....	1138
12. Acesso à autoridade policial e ao Ministério Público .....	1138
13. Situações de exclusão do perfil genético .....	1139

**CAPÍTULO XII**

<b>DECRETO 1.655/95 E ART. 47 DO DECRETO 9.622/2019 (COMPETÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL).....</b>	<b>1140</b>
1. Competência constitucional.....	1140
2. Natureza jurídica da polícia rodoviária federal .....	1140
3. Competência da polícia federal prevista na Lei de trânsito (Lei 9.503/97) .....	1140
4. Competências da polícia rodoviária federal previstas no Decreto 1.655/95 .....	1141
5. Competências da polícia rodoviária federal acrescidas pelo art. 47 do Decreto 9.662/2019	1141
6. Porte de arma previsto em norma federal.....	1142
7. Direitos concedidos pelo documento de identidade funcional dos servidores policiais da polícia rodoviária federal.....	1143

**CAPÍTULO XIII**

<b>LEI 13.675/2018 (SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA E POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL) .....</b>	<b>1144</b>
1. Finalidade do sistema único de segurança pública (Susp) e da política nacional de segurança pública e defesa social (PNSPDS).....	1144
2. Competência para estabelecimento das políticas de segurança pública e defesa social.....	1144
3. Princípios da política nacional de segurança pública e defesa social .....	1144
4. Diretrizes da PNSPDS .....	1145
5. Objetivos da PNSPDS .....	1145
6. Constituição do sistema único de segurança pública (Susp) .....	1146
7. Integrantes do Susp .....	1146
8. Metas de excelência na prevenção e repressão das infrações penais e administrativas e a previsão de desastres.....	1147
9. Conselhos de segurança pública e defesa social (CSPDS).....	1147
10. Composição dos conselhos.....	1148
11. Plano nacional de segurança pública e defesa social .....	1148
12. Políticas públicas de segurança e afetação de áreas diversas dos membros do Susp .....	1149
13. Diretrizes gerais de elaboração e execução dos planos de segurança pública e defesa social nacional, estaduais e municipais.....	1149
14. Sistema nacional de acompanhamento e avaliação das políticas de segurança pública e defesa social (Sinaped).....	1150
15. Acompanhamento público da atividade policial .....	1150
16. Sistema nacional de informações de segurança pública, prisionais, de rastreabilidade de armas e munições, de material genético, de digitais e de drogas (Sinesp).....	1150
17. Do sistema integrado de educação e valorização profissional (Sievap).....	1151

18. Do programa nacional de qualidade de vida para profissionais de segurança pública (Pró-Vida) .....	1152
--	------

**DIREITOS HUMANOS**  
*Lucas de Souza Lehfeld*

**CAPÍTULO I**

<b>DIREITOS HUMANOS</b> .....	<b>1155</b>
1. Teoria geral dos direitos humanos .....	1155
2. Afirmação histórica dos direitos humanos .....	1158
3. Direitos humanos e responsabilidade do Estado.....	1160
4. Direitos humanos na Constituição Federal.....	1161
5. Política nacional de direitos humanos.....	1163
6. A Constituição brasileira e os tratados internacionais de direitos humanos .....	1164
7. Declaração universal dos direitos humanos.....	1167
8. Convenção americana sobre direitos humanos (Decreto 678/1992).....	1168